



Revista Tributária e de finanças públicas v.16, n. 82, set./ out. 2008

- A lei de execução fiscal após as alterações do CPC: aspectos doutrinários e jurisprudenciais.**
Alexandra Santana Campos
Marcelo Campos
Páginas: 9 a 20
Total de páginas: 12
- O superior tribunal de justiça e a redução teleológica do alcance da denúncia espontânea: uma análise crítico-reflexiva.**
Alexandre Macedo Tavares
Páginas: 21 a 36
Total de páginas: 16
- Limites principiológicos da fiscalização tributária.**
Ana Flávia Messa
Páginas: 37 a 43
Total de páginas: 7
- O sigilo fiscal e sua "quebra" : análise das previsões legais excepcionantes à luz da constituição.**
Augusto Carlos Cavalcante Melo
Páginas: 44 a 57
Total de páginas: 14
- A inconstitucionalidade do art. 17 da MedProv 413/2008.**
Cláudio de Oliveira Santos Colnago
Páginas: 58 a 69
Total de páginas: 12
- Compensação de tributos com precatórios no estado do Paraná.**
Fabio Artigas Grillo
Páginas: 70 a 90
Total de páginas: 21
- Colesterol, superávit primário e responsabilidade fiscal.**
Gabriel Hernan Facal Villarreal
Luis Rodolfo Cruz e Creuz
Páginas: 91 a 105
Total de páginas: 15

A classificação das espécies tributárias no ordenamento jurídico brasileiro.

Guilherme Soares Diniz

Páginas: 106 a 164
Total de páginas: 59

Análise técnica do julgamento do RE 174.478-SP. A suposta obrigatoriedade de estorno proporcional de créditos quando da venda de mercadorias com base de cálculo reduzida. Consolidação e mudança de entendimento. Distinção fática das hipóteses julgadas: razões para enfoque diferenciado. Inobservância a rigor técnico exigido. Distinção entre isenção e redução de base de cálculo. Conclusão: a erronia da comparação entre os institutos, para fins de incidência do imposto.

Gustavo Brechbühler

Páginas: 165 a 176
Total de páginas: 12

Regime especial de admissão temporária. Regime especial da Zona Franca de Manaus.

Jefferson Laborda da Silva

Páginas: 177 a 184
Total de páginas: 8

IPI e princípio da não-cumulatividade: a questão do creditamento relativo a entrada de insumos sujeitos à isenção, alíquota zero ou não-tributação com saída do produto industrializado tributado pelo IPI e a posição do judiciário brasileiro.

Joubert Rodrigues de Rezende

Páginas: 185 a 222
Total de páginas: 38

Planejamento tributário e os investimentos temporários como redutores do IRPJ e CSLL das enquadradas no lucro real. ? O porque ? Conta investimento no planejamento tributário.

Luís Carlos Gomes da Silva

Páginas: 223 a 242
Total de páginas: 20

O IPTU e a inexistência de equipamentos públicos comunitários em loteamentos.

Paulo César Pimentel Raffaelli

Páginas: 243 a 262
Total de páginas: 20

Norma local que proíbe a concessão de vantagens fiscais no último exercício fiscal de cada legislatura: sua inconstitucionalidade.

Léo Ferreira Leoncy

Páginas: 263 a 300
Total de páginas: 38